



Múcio Athayde denunciou atuação de forças políticas e econômicas contra eleição

Boicote contra Brasília

Múcio: Grupos querem impedir voto do DF

Ao fazer pronunciamento, ontem, da tribuna da Câmara, o deputado Múcio Athayde (PMDB-RO) denunciou manobra de "forças políticas e econômicas que querem impedir que o povo do Distrito Federal, com mais de um milhão e meio de habitantes não exerça o sagrado direito do voto". Apesar disso, ressaltou o parlamentar, "tenho a certeza de que saberemos cravar os estelos da resistência democrática na terra conquistada e marchar firmes até que o povo de Brasília tenha restabelecida a sua representação política existente desde a proclamação da República".

Athayde observou que o brasiliense, que teve os seus direitos políticos cassados, vive uma situação "espúria que a todos repugna", e alertou para a necessidade de se sair do imobilismo e tentar modificar esse quadro, com urgência. No seu entender, há uma inconstitucionalidade flagrante no que diz respeito ao Distrito Federal, uma vez que não é respeitada a igualdade estabelecida pela Constituição Federal, que prevê que todo o povo brasileiro pode votar. E o brasileiro de Brasília? — perguntou ele.

— "Os brasilienses são convocados para trabalhar de sol a sol, para pagar impostos, com o fruto do suor do seu rosto, mas não são convocados para elegerem aqueles que governam seus

destinos", salientou.

Para coibir o que chamou de "aberrações jurídicas", o parlamentar rondoniense apresentou, no Congresso Nacional, uma proposta de emenda à Constituição, determinando eleições plenas para Governador, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Informou, ainda, que o candidato da Aliança Democrática; Tancredo Neves, já se comprometeu com a representação política no Distrito Federal, exatamente nos termos da sua proposição.

Um dos pontos mais destacados no pronunciamento de Múcio Athayde foi o referente à fundação da Assembléia Comunitária do Distrito Federal e Região Geoeconômica, a partir de mais de 50 Associações de Moradores, de Inquilinos e de Donas-de-Casa, representando aproximadamente áreas com um milhão de brasilienses.

Os presidentes dessas Associações, que constituem a representação mais expressiva da comunidade do Distrito Federal e Região Geoeconômica, são os deputados comunitários que formam o plenário da Assembléia Comunitária, que é o "fórum de debates de todos os problemas de Brasília". As decisões ali tomadas e os projetos de leis sugeridos, pelo fato de a Assembléia não ter o poder constitucional de legislar, são encaminhados aos deputados federais e sena-

dores para, da tribuna dessas casas, serem discutidos ou, então, transformados em leis pelo Congresso Nacional. Nesse trabalho, o deputado rondoniense tem tido participação ativa.

A partir desse esforço desenvolvido em conjunto, Múcio Athayde acredita que está implantado o embrião da representação política no Distrito Federal. Embora afirme ter a convicção de que ele próprio e os deputados comunitários sofrerão pressões, o parlamentar é de opinião que "conseguiremos restabelecer a dignidade do povo desta terra, restituíndolhe o direito de escolher seus representantes".

Durante o seu discurso, Athayde lembrou que, antes de transferir materialmente a capital da República para Brasília, o então presidente Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a organização administrativa do Distrito Federal. O artigo 6º desta proposição que, posteriormente, foi transformada em lei, estatuiu que o "poder Legislativo será exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta de vinte vereadores, eleitos pelo povo por ocasião das eleições para o Congresso Nacional".

De acordo com essa lei, deveriam ser realizadas eleições para a legislatura a se iniciar em 1963. Mas, uma emenda constitucional modificou o texto origi-

nal, que passou a delegar ao Congresso Nacional a competência de fixação da data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal, e de exercer, até que esta se instale", a função legislativa em todos os assuntos dá competência do Distrito Federal.

Conforme revelou o deputado Athayde, "por motivos que não puderam ser devidamente esclarecidos, jamais o Congresso fixou a data dessas eleições". "Note-se, contudo, que os eleitores do Distrito Federal tinham direito adquirido, seja pela lei em questão, seja pela emenda constitucional referida, para o exercício do voto destinado a eleger seus representantes políticos", observou.

Prosseguindo, o deputado lembrou que a Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 e as emendas que se seguiram não contemplaram essa hipótese, omitindo-se a essa conquista cívica dos brasilienses. Com a Constituição de 67, portanto, o "povo de Brasília teve os seus direitos políticos cassados, isto é, não pode votar nem ser votado". Múcio Athayde terminou por conchamar a todos para resolver essa "situação espúria". "O povo do Distrito Federal não pode continuar a ser esbulhado nos seus mais sagrados direitos", concluiu.